



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA
OFÍCIO Nº 5176/2026-10 (COMPLEMENTAR)

Jaguariúna, na data da assinatura digital.

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador

RODRIGO REIS DE SOUZA

DD. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna

Assunto: Requerimento nº 041/2026, de autoria do(a) Ilustríssimo(a) Vereador(a) Jorge Luiz de Souza

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atendimento ao Requerimento em epígrafe e em obediência ao art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como ao art. 63, XIV, da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, a Administração presta os esclarecimentos a seguir, com base nas informações técnicas fornecidas pelo órgão competente.

A Secretaria Municipal de Finanças, no tocante às questões de natureza contábil e fiscal, aduz que Requerimento sustenta que a ausência de evidência específica das contrapartidas urbanísticas no Acórdão TC-004476.989.23-1 configuraria indício de irregularidade contábil, e que eventuais subregistros nessa matéria poderiam estar relacionados ao déficit orçamentário de 7,68% verificado no exercício de 2023.

Todavia, nenhuma das duas conclusões encontra amparo técnico.

Quanto à ausência de menção pelo TCE-SP, importa registrar que o resultado do julgamento das contas de 2023 foi um Parecer Favorável com Ressalvas, fato que o Requerimento não menciona. O Conselheiro Relator concluiu expressamente que os indicadores fiscais do Município se encontravam dentro dos parâmetros tolerados pela jurisprudência daquele Tribunal. O Tribunal de Contas identifica e registra cada irregularidade que constata; o silêncio sobre as contrapartidas urbanísticas não representa lacuna no julgamento, representa ausência de ocorrência. Invocar esse Acórdão como fundamento de suposta irregularidade que o próprio TCE-SP não apontou é uma leitura contrária ao teor do pronunciamento do órgão de controle externo.

Quanto à tese de que contrapartidas subregistradas poderiam influenciar o déficit orçamentário, há um equívoco de natureza contábil que precisa ser esclarecido. As contrapartidas urbanísticas, nos termos da NBC TSP 07 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são registradas como Variações Patrimoniais Aumentativas, afetando o resultado econômico-patrimonial do Município, e não a execução orçamentária. O déficit de 7,68% é um resultado orçamentário, apurado pela diferença entre receitas orçamentárias arrecadadas e despesas orçamentárias executadas. A Lei nº 4.320/1964 e o MCASP tratam esses dois planos de forma rigorosamente separada. Não há, portanto, relação de causalidade entre eventual subregistro de contrapartidas e o resultado da execução orçamentária.

Acrescenta-se que o déficit orçamentário de R\$ 45,3 milhões no exercício de 2023 estava coberto pelo superávit financeiro acumulado do exercício anterior, encerrando o ano com resultado financeiro positivo de R\$ 50,1 milhões, suficiente para honrar integralmente as obrigações de curto prazo registradas no passivo financeiro, conforme demonstrado na defesa apresentada pela Prefeitura ao TCE-SP e não refutado pelo Tribunal.

No que se refere especificamente à incorporação patrimonial suscitada no Requerimento, informa-se que todo o ativo imobilizado do Município encontra-se devidamente registrado nos termos das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, seguindo a classificação do Plano de Contas do TCE-SP, conforme demonstrado no relatório de bens imobilizados abaixo:

FICHA	CÓDIGO	NOME	IND. SUP.	SALDO ANTERIOR		MOVIMENTO NO PERÍODO		SALDO ACUMULADO	
				DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO
1	1.0.0.0.0.00.00	ATIVO		300.403.489,68	0,00	499.070,68	145.275,94	300.757.284,42	0,00
734	1.2.0.0.0.00.00	ATIVO NÃO-CIRCULANTE		300.403.489,68	0,00	499.070,68	145.275,94	300.757.284,42	0,00
1130	1.2.3.0.0.00.00	IMOBILIZADO		300.403.489,68	0,00	499.070,68	145.275,94	300.757.284,42	0,00
1196	1.2.3.2.0.00.00	BENS IMÓVEIS		300.403.489,68	0,00	499.070,68	145.275,94	300.757.284,42	0,00
1197	1.2.3.2.1.00.00	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO		300.403.489,68	0,00	499.070,68	145.275,94	300.757.284,42	0,00
1198	1.2.3.2.1.01.00	BENS DE USO ESPECIAL		121.694.558,99	0,00	0,00	0,00	121.694.558,99	0,00
1202	1.2.3.2.1.01.04	TERRENOS, GLEBAS (P)	P	34.535.072,68	0,00	0,00	0,00	34.535.072,68	0,00
1206	1.2.3.2.1.01.08	IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL (P)	P	40.033.826,06	0,00	0,00	0,00	40.033.826,06	0,00
1209	1.2.3.2.1.01.11	IMÓVEIS DE USO RECREATIVO (P)	P	11.753.423,31	0,00	0,00	0,00	11.753.423,31	0,00
1213	1.2.3.2.1.01.15	HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE (P)	P	18.822.021,51	0,00	0,00	0,00	18.822.021,51	0,00
1221	1.2.3.2.1.01.98	OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL (P)	P	16.550.215,43	0,00	0,00	0,00	16.550.215,43	0,00
1222	1.2.3.2.1.04.00	BENS DOMINICAIS		13.820.192,65	0,00	0,00	0,00	13.820.192,65	0,00
1227	1.2.3.2.1.04.05	CEMITÉRIOS (P)	P	4.966.892,55	0,00	0,00	0,00	4.966.892,55	0,00
1234	1.2.3.2.1.04.13	TERRENOS (P)	P	8.853.300,10	0,00	0,00	0,00	8.853.300,10	0,00
1241	1.2.3.2.1.05.00	BENS DE USO COMUM DO POVO		155.608.457,64	0,00	0,00	0,00	155.608.457,64	0,00
1242	1.2.3.2.1.05.01	RUAIS (P)	P	92.434.215,52	0,00	0,00	0,00	92.434.215,52	0,00
1243	1.2.3.2.1.05.02	PRAÇAS (P)	P	54.543.065,74	0,00	0,00	0,00	54.543.065,74	0,00
1244	1.2.3.2.1.05.03	ESTRADAS (P)	P	2.573.351,58	0,00	0,00	0,00	2.573.351,58	0,00
1247	1.2.3.2.1.05.08	SISTEMAS DE ESGOTO E/OU DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (P)	P	2.759.189,83	0,00	0,00	0,00	2.759.189,83	0,00
1250	1.2.3.2.1.05.09	BENS DO PATRIMÔNIO CULTURAL (P)	P	3.298.634,97	0,00	0,00	0,00	3.298.634,97	0,00
1252	1.2.3.2.1.06.00	BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		9.280.280,40	0,00	499.070,68	145.275,94	9.634.075,14	0,00
1253	1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO (P)	P	8.950.480,40	0,00	499.070,68	145.275,94	9.304.275,14	0,00
1257	1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS (P)	P	329.800,00	0,00	0,00	0,00	329.800,00	0,00
TOTAIS				300.403.489,68	0,00	499.070,68	145.275,94	300.757.284,42	0,00

Diante do exposto, a Secretaria de Finanças esclarece que a situação contábil e fiscal do Município, no que se refere às matérias de sua competência, está regular e em conformidade com a legislação vigente. As inconsistências técnicas apontadas no Requerimento decorrem de premissas que não se sustentam à luz da legislação contábil aplicável nem do pronunciamento do próprio órgão de controle externo invocado como fundamento.

No que tange às obrigações de contrapartida de loteamentos e empreendimentos, a Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano e o SAAEJA apresentam, via link abaixo (disponível pelo prazo de 30 dias), o detalhamento das informações técnicas disponíveis.

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Smnd5daEye11BWggdhpC2i1QQE2KcjpK/edit?usp=sharing&ouid=104060785305906348806&rtpof=true&sd=true>

Cumpra esclarecer que a presente manifestação se restringe às informações existentes, disponíveis e acessíveis no âmbito desta Administração, não abrangendo a elaboração de estudos, análises técnicas específicas, consolidação extraordinária de dados ou a produção de informações novas, em conformidade com a legislação aplicável ao direito de acesso à informação.

Eventuais limitações no atendimento integral do requerimento decorrem da inexistência, indisponibilidade ou inadequação da forma de apresentação dos dados solicitados, bem como da necessidade de observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência administrativa, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Assim, a resposta ora apresentada limita-se às solicitações compatíveis com a função fiscalizatória do Poder Legislativo, sem prejuízo da transparência e do dever de informação da Administração Pública.

São essas as informações que se apresentam para o momento.

Renovam-se os votos de elevada estima e distinta consideração

Atenciosamente,

DAVID HILARIO NETO
Prefeito



Documento assinado eletronicamente por **David Hilario Neto, Prefeito**, em 10/04/2026, às 07:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/campinas/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1131676** e o código CRC **72D3D0EB**.

